

AÇÕES PÚBLICAS PARA AS ARTES VISUAIS: PROPOSTA DE AGENDA CULTURAL PARA O ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS ESTADUAIS EM TERESINA-PI

PUBLIC ACTIONS FOR THE VISUAL ARTS : MOTION FOR CULTURAL AGENDA FOR SECONDARY EDUCATION OF STATE SCHOOLS TERESINA -PI

Judith Guacyra de Siqueira Rêgo¹

RESUMO

O presente artigo explora questões relativas às ações públicas orientadas às artes visuais e apresenta proposta de agenda cultural para o ensino médio das escolas estaduais em Teresina-PI. O Estado do Piauí pode ser considerado um dos maiores produtores de arte e cultura do Brasil, com toda sua diversidade de manifestações artístico-culturais principalmente no campo das Artes Visuais. Tal fato, contudo, ainda não é reconhecido, nem mesmo, no próprio Estado; por outro lado, evidências indicam anseio por parte de escolas e de gerências regionais, para que haja projetos mais bem definidos no campo das Artes Visuais. O objetivo desta pesquisa foi levantar e analisar as limitações que se tem colocado para por em prática uma Agenda Cultural voltada o campo das Artes Visuais, no Ensino Médio Regular, para escolas estaduais em Teresina-PI. Na sequência, o trabalho teve como perspectiva apresentar algumas proposições que podem vir a orientar as ações públicas nesse tema. Os processos metodológicos utilizados foram pautados em pesquisa bibliográfica, observação in loco e levantamento nas instituições competentes de dados acerca das ações públicas no campo das Artes Visuais. Os resultados indicaram que além de formação continuada para os professores e para toda a equipe escolar dedicada às artes visuais na escola, incluindo os temas dos saberes e fazeres das expressões culturais populares ou tradicionais, o poder público precisa priorizar, entre os objetivos programáticos, o destaque à cultura, às linguagens artísticas e ao patrimônio cultural.

Palavras-Chave: Ações Públicas para Artes Visuais; Agenda Cultural nas Escolas Públicas.

ABSTRACT

This paper deals with issues related to public actions for the Visual Arts, with the plain of a cultural schedule for high school in state schools in Teresina-PI. Since the first contacts we had with the Art / Education, found that the state of Piauí can be considered one of the largest producers of art and culture in Brazil, but it is still not recognized, even in the state itself, with all its production diversity and artistic and cultural events, especially in the field of Visual Arts. Based on the objective of this research was to develop a proposal for the Cultural Agenda focused on public actions in the field of Visual Arts, the Middle Regular Education to state schools in Teresina-PI. The methodological procedures of this study were based on literature, qualitative and quantitative research through observation and data collection of public actions in the field of Visual Arts. The results indicate certain desire on the part of schools and regional management, so there are projects better defined in the field of Visual Arts, as well as continuing education for teachers and the entire school staff, in order to update with emphasis on culture, artistic languages and cultural heritage, including the themes of knowledge and practices of popular or traditional cultural expressions.

Keywords: Public actions for Visual Arts; Cultural schedule in Public Schools.

¹ Licenciada em Educação Artística- Universidade Federal do Piauí (UFPI) Agente Cultural, lotada na Secretaria de Estado de Cultura do Piauí.

1. INTRODUÇÃO

Desde os primeiros contatos que tivemos com a Arte/Educação, constatamos que o Estado do Piauí pode ser considerado um dos maiores produtores de arte e cultura do Brasil, mas ainda não é reconhecido, até mesmo no próprio Estado, com toda sua diversidade de produção e manifestações artístico-culturais, principalmente no campo das Artes Visuais.

Destacamos nomes de referência nacional e internacional, que hoje já atingiram o mercado de arte referendado e concentrado no eixo Rio-São Paulo, são eles os artistas-plásticos, escultores Braga Tepi e Carlos Martins (o Carlão); o pintor Rogério Albino; a artista plástica Josefina Gonçalves; David Cury, mestre em Artes Visuais pela UFRJ, escultor, pintor, com instalações apresentadas em algumas Bienais. Hostyano Machado, escultor, que também trabalha com instalação e cenárioscenógr afo no Piauí Sampa em 2012; o cineasta e documentarista Douglas Machado; o fotógrafo Antonio Quaresma, com obras no acervo permanente nas galerias de Nova York; entre tantos outros.

Dentro do contexto da Educação no Estado entendemos a enorme necessidade de formação para a valorização dos profissionais ligados às Artes Visuais, principalmente quanto à formação de público, e de manutenção de profissões de grande ênfase no mercado contemporâneo que ainda não possuem mão-de-obra qualificada, associadas, direta ou indiretamente à arte comercial e propaganda, outdoors, cinema, vídeo, à publicação de livros e revistas, Cds e Dvds, som e cenários para a televisão, e todos os campos do design para a moda, indústria têxtil e automobilística, de design gráfico, decoração, etc.

Diante disto, o objetivo desta pesquisa foi elaborar uma proposta de Agenda Cultural voltada para ações públicas no campo das Artes Visuais, no Ensino Médio Regular, para escolas estaduais em Teresina-PI.

Destacamos no primeiro momento a importância das Artes Visuais na Educação como linguagem fundamental para a compreensão de leitura e interpretação da diversidade de imagens e contextos que o jovem atualmente está inserido. Abordamos o conceito de Ações Públicas em Cultura, também com um olhar da semiótica, do especialista em Gestão Cultural e Educacional, Suami Paula de Azevedo, e analisamos documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM, os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio - PCNEM, os Parâmetros Curriculares Nacionais + Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos PCN, e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias - OCEM, comparando-os com a realidade do ensino de Arte atual.

No segundo capítulo buscamos contextualizar a Educação e Cultura no Estado do Piauí com um breve histórico da SEDUC-PI, do ano de 2003 a 2012, levando em consideração as gestões ocorridas neste período e instituições públicas de Cultura vinculadas a ela.

Partimos para o terceiro capítulo e destacamos o reflexo das ações públicas para a comunidade escolar na perspectiva dos Coordenadores de Ensino das quatro Gerências Regionais de Educação (GRE's) e de representante das escolas na respectiva GRE (diretor, coordenador e/ou técnico).

Para finalizar, além das considerações finais, o quarto capítulo foi destinado a apresentar um conceito de Agenda Cultural com apresentação da proposta para sua elaboração. Pensamos que esta contribuirá para consolidar as políticas culturais estabelecidas nas diretrizes e orientações nacionais, não apenas referentes ao Plano Nacional de Cultura, como também as contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte, específicas para o Ensino Médio. Conforme a meta 12, do Plano Nacional de Cultura, esta política tem por objetivo transformar a escola num grande espaço de circulação da cultura brasileira, com acesso aos bens culturais e respeito à sua diversidade.

Como já estabelece os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, a disciplina Arte, além dos conteúdos já propostos, deverá ressaltar a cultura brasileira, as linguagens artísticas e o patrimônio cultural, incluindo a história indígena, afro-brasileira e africana.

Os processos metodológicos deste trabalho foram pautados em pesquisa bibliográfica; pesquisa qualitativa e quantitativa através de observação e levantamento de dados das ações públicas no campo das Artes Visuais na perspectiva dos Coordenadores de Ensino e/ou Gerentes das quatro Gerências Regionais de Educação (GRE's) e de representante das escolas na respectiva GRE (diretor, coordenador e/ou técnico), com entrevista do tipo grupo focal e aplicação de questionário – com perguntas fechadas e abertas; descrição comparativa detalhada de casos das escolas a partir das informações dos gerentes das quatro GRE's, dos diretores, coordenadores e/ou técnicos das escolas; e na elaboração de proposta de Agenda Cultural para as Artes Visuais nas Escolas conforme levantamento realizado nas Gerências Regionais de Educação em Teresina-PI.

1 A IMPORTÂNCIA DAS ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO

Atualmente não precisamos sair de nossas casas para nos depararmos com o efeito de imagens na vida diária, pois a maioria destas casas, se não todas, já possuem aparelho televisor, além de celular, computador, etc. Estes efeitos, muitas vezes, são impostos pela mídia, com a venda de produtos, conceitos, ideias, comportamentos, slogans políticos, eventos e valores culturais não condizentes com nossa realidade. E, ao sairmos, nos deparamos com outdoors, letreiros, edifícios e outras construções que chamam atenção, mas que precariamente sabemos decodificar, assimilar, entender o discurso visual que elas representam.

Estamos envolvidos em um mundo de imagens que ainda não possuímos o domínio da leitura visual e inconscientemente aprendemos por meio delas. Como enfatiza Ana Mae Barbosa:

A educação deveria prestar atenção ao discurso visual. Ensinar a gramática visual e sua sintaxe através da arte, e tornar as crianças conscientes da produção humana de alta qualidade é uma forma de prepará-las para compreender e avaliar todo tipo de imagem, conscientizando-as de que estão aprendendo com estas imagens (BARBOSA, 2012).

Quando mencionamos Educação no mundo atual não podemos deixar de fora três grandes desafios, abordados no relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI coordenada por Jacques Delors: (1) a capacidade de crescimento econômico aliado ao respeito pela condição humana e pelo capital natural, proporcionando assim um desenvolvimento humano sustentável; (2) a existência de novas formas de cooperação internacional para reforço da compreensão mútua entre os povos; (3) aprender a conviver em paz nas comunidades em que pertencemos, não apenas em nossa vizinhança, mas aldeia/cidade, região, nação, sendo capazes de originar uma nova vivência concreta de democracia.

Segundo estudiosos e elaboradores do referido documento, para tornar realidade estes desafios será necessário a superação de algumas tensões, que enfatizamos não serem atuais, que ainda se encontram na essência do século XXI, tais quais: a “tensão entre o global e o local”, “entre o universal e o singular”, “entre a tradição e modernidade”, “longo prazo e curto prazo”, “tensão entre a indispensável competição e o respeito pela igualdade de oportunidades”, “entre o extraordinário desenvolvimento dos conhecimentos e as capacidades de assimilação do homem”, e finalmente a “tensão entre o espiritual e o material” e, através dessa abordagem, não percebemos também o enfrentamento de tais provocações sem a presença da Educação, principalmente da educação pela Arte. Instrumento fundamental para sensibilização do ser humano no tocante à capacidade de desenvolver a habilidade de percepção de pensamentos diversos, conscientização cultural do indivíduo e de construção de futuro comum para a humanidade. Esclarecemos aqui, que não seria meramente o ensino para libertar a emoção, e sim, a arte encarada como conhecimento, cognição, capaz de desenvolver a auto-expressão, apreciação, decodificação. Iniciando pela compreensão de si mesmo, com alternância a aquisição de conhecimentos e pelo exercício da autocritica, favorecendo meios para que, cada um, consiga compreender o outro em suas especificidades, associando à contextualização histórica, sendo ferramenta também de profissionalização.

Neste contexto, reforçamos a perspectiva de que, na contemporaneidade, concebamos a valorização da educação como um todo, com reformas educacionais concretas, na elaboração de programas e definição de políticas públicas com inclusão da Arte e Cultura. E acrescentamos os saberes recomendados pela UNESCO:

A educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. (UNESCO, Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, 2010, p.31)

Com isto, não podemos deixar de fora a contemporânea visão do ensino da Arte, a Proposta Triangular, da pesquisadora Ana Mae Barbosa, que teve em 1989 seu marco central. Foi concebida e sistematizada através do estudo de três abordagens epistemológicas: as *Escuelas al Aire Libre*, mexicanas; o *critical studies*, inglês; e o *Discipline Based Art Education (DBAE)*, americano, abordagem sistematizada a partir de 1982 por uma equipe de pesquisadores patrocinada pelo *Getty Center for Education in the Arts*, e que segundo Barbosa:

A visão mais contemporânea do ensino da Arte valoriza a construção e a elaboração como procedimento artístico, enfatiza a cognição em relação à emoção e procura acrescentar a dimensão do fazer artístico à possibilidade de acesso e compreensão do patrimônio cultural da humanidade (BARBOSA, 2007).

A partir daqui, destacamos as Artes Visuais como linguagem fundamental para a compreensão de leitura e interpretação da diversidade de imagens e contextos que o jovem está inserido, o qual necessita desenvolver competências e habilidades que o mundo atual exige. E enfatizamos como seria mais fácil desenvolvermos determinadas atividades profissionais se muitos de nós tivéssemos a oportunidade de identificar a gramática visual, sua sintaxe e seu vocabulário, dominando elementos formais, tais como: ponto, linha, cor, espaços positivos e negativos, divisão de áreas, percepção e ilusão, signos e simulação, transformação e projeção, nas imagens originadas pelos artistas, como também pelos instrumentos de comunicação e publicidade.

Grande parte das profissões e produções estão associadas, direta ou indiretamente, à arte comercial e propaganda, outdoors, cinema, vídeo, à publicação de livros e revistas, Cds e Dvds, som e cenários para a televisão, e todos os campos do design para a moda, indústria têxtil e automobilística, de design gráfico, decoração, etc.

As Artes Visuais como foram recém denominadas, devido à nova dimensão dada ao campo das Artes Plásticas, conforme relatório elaborado pela Câmara Setorial de Artes Visuais, em 2006:

São aquelas formas de expressão artística que, formando um círculo e tendo como centro a visualidade, gerem – por qualquer instrumentos e/ou técnica – imagens, objetos e ações (materiais ou virtuais) apreensíveis, necessariamente, através do sentido da visão, podendo ser ampliado a outros sentidos (BRASIL, 2011, p.20).

E completam que “elas estabelecem permanentemente a conexão entre o sujeito e o seu ambiente. Não se referem apenas a objetos palpáveis absolutos. Envolvem um universo ilimitado incluindo desde a arte rupestre até as inovações tecnológicas em curso” (BRASIL, 2011, p. 20).

Não poderemos deixar de citar que, segundo o diagnóstico realizado pela Câmara Setorial, subdivide-se o campo das Artes Visuais em três tipos de atividades:

Atividade Artística Visual no Campo Simbólico – desenho, colagem, gravura, pintura, escultura, cerâmica, objeto, fotografia, poesia visual, vídeo-arte, body-art, performance, instalação, happening, intervenção urbana, arte e tecnologia (robótica, videogames, hipermídia, net art, comunidades virtuais e ativismo artístico, arte computacional, arte digital, web-art, etc.), arte cinética, arte ambiental, arte conceitual, land-art, grafitti, inter-temporalidade, arte e ciência, e site specificity. [...] **Atividade Artística Visual Economicamente Orientada** – design gráfico, design de produtos, design de moda, web design, light design, quadrinhos, arte popular, cenografia, figurino, humor gráfico, ilustração, tapeçaria, animação. [...] **Atividade Discursivas no Campo das Artes Visuais** – história da arte, teoria e crítica de arte, curadoria (BRASIL, 2011, p.20-21).

Constatamos a complexidade das Artes Visuais, pois estas se agrupam numa diversidade de segmentos, além da abrangência com intercomunicação entre si e outras áreas de expressão artística. Então, como deixar de considerar a valorização do ensino-aprendizagem das linguagens artísticas, principalmente das Artes Visuais? Identificamos uma carga de significados e especificidades existentes em cada linguagem, sendo esses significados demonstrados não somente no momento do fazer artístico, como também na capacidade de fruição e apreciação de expressões artístico-culturais que essas também originam, facilitando assim a compreensão e o entendimento não somente da técnica experienciada e vivenciada, como do contexto em que está inserida.

Observamos atentamente que hoje a produção artística e cultural está voltada à multidisciplinaridade ou à interface, onde a arte está além do campo especializado, não é mais produzida separadamente. Como no caso da Arte Contemporânea, desvinculada de amarras, pois conceber um artista como apenas pintor, escultor ou fotógrafo é um pensamento retrógrado, visto que as obras atingiram um nível muito elevado de elaboração onde um artista, sozinho, raramente consegue torná-las viáveis. Hoje o domínio essencial vem da ideia e não da habilidade manual, e o artista necessita do conhecimento e auxílio da engenharia, mecânica, arquitetura, artistas gráficos, designers e editores, para execução de apenas uma obra.

Segundo comentário da Professora Doutora, Pollyanna Jericó, Coordenadora do Departamento de Artes Visuais da Universidade Federal do Piauí, em entrevista concedida à revista Revestrés:

A arte começa a se misturar, os limites, as fronteiras e as diferenças entre as modalidades artísticas caem, e há o que chamamos de hibridação, mescla, contaminação das linguagens. Hoje há performances gravadas em DVD ou fotografia e outras formas de trabalhar tecnologia com arte. (2012, P.33)

Exemplificamos através da instalação de Olafur Eliasson, onde reproduz uma cachoeira, na mostra individual realizada em São Paulo, setembro de 2011, e este diz em entrevista à revista Bravoline:

Minha equipe fixa é formada por 50 pessoas, entre jovens artistas, técnicos e arquitetos. Além disso, no meu estúdio em Berlim mantenho uma escola para mais 20 estudantes de arte. Acredito muito em um espaço assim, multidisciplinar. (P.30)

Destacamos o contexto piauiense quando em reportagem da revista Revestres, Luana Sena e Liliane Pedrosa expõem sobre o assunto e afirmam:

Em meio a essas mudanças de conceitos – do que é arte, da figura do artista e na apresentação social e cultural da arte – artistas tradicionais começam a buscar circuitos alternativos de divulgação, piauienses participam de mostras fora do país e surgem os coletivos artísticos, aproximando Teresina dos grandes eixos de produção. As mudanças podem começar na maneira de expandir o trabalho artístico, na educação ou por uma desprentensiosa intervenção artística em forma de picnic (REVESTRES, 2012, P.34).

Reiteramos também, com isto, a necessidade da mediação entre a arte e público, pois sem a educação visual, sem formação de público, de apreciador, não existe valorização da herança cultural de nenhum povo. E por meio da experimentação, apreciação e decodificação, com interpretação de trabalhos artísticos em seu contexto histórico, há o desenvolvimento da fluência, flexibilidade, elaboração e originalidade, elementos essenciais para a criatividade, favorecendo a origem de novos conceitos, de boas ideias para aplicação em qualquer profissão.

1.1 AÇÕES PÚBLICAS DE CULTURA E A ESCOLA

Compreendemos por Ações Públicas em Cultura as ações artístico-culturais desenvolvidas por instituições governamentais nas três esferas: federal, estadual e municipal, que tem por objetivo ampliar as políticas públicas da área de cultura, como programas, projetos e/ou atividades artístico-culturais. Viabilizam recursos para formação continuada de agentes culturais e educacionais, aquisição de material de consumo, equipamentos e bens, construção de espaços adequados e a realização de atividades que valorizam as manifestações artísticas e culturais de determinada região. Poderemos observar, em diversos sites na internet, o envolvimento de um grande número de ONG's, dentro e fora do Brasil, com ações de sucesso diante de projetos que beneficiam grande parte da população de esquecidos e desprivilegiados. Com a realização de projetos comunitários efetivos há uma maior participação do poder de decisão dos participantes, onde o diálogo participativo, análise, avaliação e desenvolvimento de trabalhos, favorecem a maioria e valorizam a própria comunidade elevando a auto-estima.

Os governantes e gestores educacionais já possuem conhecimento sobre esta realidade, mas ainda precisam entender a imensa responsabilidade da existência destas ações no espaço escolar. Muitas das ações das ONGs são desvinculadas do Sistema Educacional com seu currículo nacional, promovem a recuperação de crianças e jovens, mas tornam esse sistema desprivilegiado de atenção, pois os estudantes adquirem conhecimento e habilidades nas atividades fora da escola, com mais agilidade e prazer, do que estando nela.

Já existem inúmeras pesquisas confirmando o alto índice de evasão escolar de jovens, faixa etária de 15 a 17 anos (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD 2007), em instituições públicas, por vários fatores. Entre eles podemos destacar que, mesmo com todos os seus instrumentos de controle educacional, essas instituições não tornam mais atraente a aprendizagem, com isto não atingem seus reais objetivos e os anseios da sociedade.

Devemos considerar que:

As atividades de arte e cultura são elementos fundamentais para garantir a melhoria na qualidade do ensino nas escolas públicas. Além disso, as atividades optativas contribuem para ampliar a permanência dos alunos nas escolas e assim promover a educação em tempo integral. (MINC, As metas do Plano Nacional de Cultura, 2012, p.50)

Para melhor identificarmos as ações culturais, buscamos através de Suami Paula, especialista em Gestão Cultural e Educacional, suas reflexões, quando este define: “As ações culturais podem ser definidas em permanentes e eventuais, pelo olhar da semiótica. Ela entende que a AÇÃO PÚBLICA PERMANENTE é sempre consequente, sempre busca resultar, sempre busca continuidade, pois deita raízes, formando o cidadão; enquanto que a AÇÃO PÚBLICA EVENTUAL é absolutamente inócua, vazia de pretensão, sem continuidade, prática alicerçada em eventos, em ações momentâneas, não educa e não forma público.”(2007)

Este enfatiza que Políticas de Estado juntamente com a Participação Social geram ações públicas permanentes, mas Políticas de Governo juntamente com a Omissão Social geram ações públicas eventuais, ocorrendo também uma imposição cultural quando as Políticas de Estado vão de encontro à omissão social, e existindo consequentemente uma resistência cultural se as Políticas de Governo também contradizem à participação social.

A formação de indivíduos para o exercício da cidadania, no mundo do trabalho, capazes de entender seu próprio processo histórico e cultural, inserindo-os nas atuais transformações sociais e científicas de seu cotidiano, requer ações públicas permanentes, consistentes, através de uma escola que não se limite ao interesse imediato, pragmático e utilitário. Concretamente, com isto, a escola se transformará em um espaço participativo, atuante e onde o poder da comunidade escolar (familiares, estudantes, professores e equipe gestora) será percebido através do desenvolvimento humano, como foi visto no 1º capítulo, estes atores aprenderão a conhecer, a fazer, a conviver e a ser (os quatro pilares da educação).

Atualmente o Governo Federal, buscando efetivar algumas políticas, diretrizes e ações, aperfeiçoa a política pública nacional para a melhoria do Ensino Médio com a aprovação e implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (Lei 11.494/2007), com a formulação e implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

Mais recentemente (Parecer CNE/CP nº 11/2009), inclui o Programa Ensino Médio Inovador, visando apoiar os Estados e o Distrito Federal e parcerias com os Colégios de Aplicação, o Colégio Pedro II/RJ, os Institutos Federais e o Sistema S, para o desenvolvimento de ações voltadas ao Ensino Médio.

E o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, desde 2007, o qual concede bolsas a estudantes de licenciatura, participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES), em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Precisamos entender que estas ações são no âmbito das políticas educacionais, através do Ministério da Educação. E que apenas a partir de 2007 foi firmado um acordo de cooperação entre os Ministérios da Cultura e da Educação para atuarem em conjunto na realização da Política de Cultura para a Educação Básica, objetivando transformar a escola em um grande espaço para circulação e divulgação da cultura brasileira, com acesso aos bens culturais e respeito à sua diversidade. Política esta ainda não efetivada nas escolas públicas de Ensino Médio no Piauí.

1.2 ARTES VISUAIS E O ENSINO MÉDIO REGULAR - DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES NACIONAIS

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, originada de discussões desde 1980, com a elaboração da Educação na Constituinte e seu Projeto de Lei, com participação do pensamento de educadores, pesquisadores, mas contaminado, reelaborado e transformado no texto atual pelas forças políticas do momento, temos o surgimento do principal documento como referência legal para formulação das mudanças propostas e uma significativa conquista para o ensino de arte no Brasil, conforme segue o artigo 26:

§ 2º. O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. (Art.26, LDB, 1996)

Tem-se neste importante documento, também, na seção IV, Artigos 35 e 36, um destaque para o Ensino Médio, com suas finalidades e diretrizes, considerando-o como etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos. E enfatizamos o Art.36, logo em sua primeira diretriz:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; (Art. 36, LDB).

Seguindo os passos das novas transformações e reformas no sistema educacional, surgiram também outros documentos fundamentais, divulgados pelo MEC, para estruturação do Ensino Médio: as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEM-1998); os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM-2002); PCN + Ensino médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+:EM - 2002); e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNEM-2006). Estes sofreram algumas alterações no decorrer dos anos, devido às novas publicações, conforme o governo em vigor, mas sem haver modificações na essência.

Não iremos aqui, estender comentários a cerca da composição/estruturação destes documentos, mas estes serão essenciais para discorrermos sobre as diretrizes e orientações focadas ao ensino de Artes Visuais e o Ensino Médio Regular.

Precisamos deixar claro que, mesmo com a existência de tais documentos, até 2004, segundo a Profª Drª Lúcia Helena Lodi, no período chefe do Departamento de Políticas de Ensino Médio, “as reformas previstas não se efetivaram, em razão de fatores políticos, pedagógicos e operacionais” (P.07, 2004). E evidenciamos estas deficiências, quanto ao não cumprimento das ações formativas para as reformas deste nível de ensino, também através do posicionamento de Nora Krawczyk quando demonstra em suas pesquisas que:

É como um campo de tensões produzido entre a intencionalidade das novas estratégias, a realidade que se quer transformar e a nova efetividade produzida. (2004, P.23)

Sabemos que o aumento da demanda no Ensino Médio, no período, não foi acompanhado pela estrutura oferecida com as reformas, e segundo ela:

Essas inovações curriculares deveriam se articular com outras mudanças também prescritas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como descentralização da gestão, autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas e avaliação externa do rendimento dos alunos. (2004, P.115)

Não poderemos fugir da realidade educacional no Brasil quando destacamos a participação política em decisões fundamentais, enquanto o pensamento de educadores não é compatível, e estes são duramente rejeitados e combatidos. Percebemos mudanças sutis quando, a partir de 2003, instala-se no Brasil um governo tendo por base os movimentos sociais, onde este busca a expressão e estabelecimento da democracia no país, e conseqüentemente ocorrem sensíveis mudanças quanto à concretização das novas políticas educacionais.

Segundo FRIGOTTO e CIAVATTA, o que se almeja é uma educação unitária onde possamos articular trabalho, ciência e cultura, e acrescenta:

Refletindo sobre essa ‘sutileza’ de engenharia social, vemos que a educação básica, especialmente o nível médio, ainda não é um direito garantido ao cidadão brasileiro. A centralidade do trabalho assalariado está sendo contestada nas novas formas de exploração da massa trabalhadora pela desregulamentação das relações de trabalho por meio das formas precarizadas ou terceirizadas, ou ressignificada por novas formas de cooperativismo e economia popular e solidária. Mas o trabalho, como atividade fundamental de produção de conhecimento, de cultura, de aperfeiçoamento e de sobrevivência do ser humano, continua presente como sempre esteve na história da humanidade. É uma atividade que transcende as limitações próprias do gênero humano e os limites de seu contexto de vida.” (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2004, p.16)

Em 1998, com a Resolução da Câmara de Educação Básica, nº 3, institui-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, sendo estas constituídas de:

Um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar integrante dos diversos sistemas de ensino, em atendimento ao que manda a lei, tendo em vista vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho. (PCNEM, 2002, P.112,) o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho. (PCNEM, 2002, P.112,)

Segundo o parecer da Câmara a origem da Lei seria apenas um passo preparatório para as reformas almejadas na educação brasileira, mas dependeria substancialmente da construção coletiva e permanente, por parte das instituições escolares e das comunidades envolvidas, de propostas e práticas pedagógicas inovadoras que respondessem às novas demandas.

Devemos considerar que, historicamente, nas décadas de 60 e 70 as políticas educacionais vigentes priorizavam a formação de especialistas que dominassem o uso de máquinas e dos processos de produção, devido ao desenvolvimento da industrialização na América Latina. Em 80 temos uma chamada terceira revolução industrial com o aparecimento e desenvolvimento da microeletrônica, promovendo mudanças radicais no conhecimento através da “revolução da informática”. E pela integração de novas tecnologias passa-se a conceber, teoricamente, um novo papel para escola.

Neste período, também, destacamos no Brasil a organização política dos Arte/Educadores com a criação e fortalecimento de associações de professores e pesquisadores, resultando entre os anos 80 e 90 uma intensa produção de pesquisa e de propostas metodológicas nas várias dimensões do ensino de Arte. Consequentemente, na década de 90, com um grande volume de informações produzidas, superadas e ultrapassadas diariamente, devido a essas recentes tecnologias, surgem novos preceitos e parâmetros para a formação da sociedade, não tendo como prioridade apenas o acúmulo de conhecimentos.

Com isto, a formação dos jovens passa a ser vista pelo viés da aquisição de conhecimentos básicos, com preparação científica e com habilidade para a utilização de diversas tecnologias conforme sua área de atuação.

Somente com a elaboração dos PCN's, por meio de discussões de especialistas e educadores de todo o país, objetivou-se esclarecer e divulgar as diretrizes gerais que possibilitassem promover conhecimentos em três áreas: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e suas Tecnologias. O foco da nossa abordagem está nas informações contidas na área das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e as diretrizes para esta área são vistas como indicações para ações, sendo objeto de acordo entre partes e sujeitas a revisões frequentes.

Consideramos, ainda, de caráter utópico o ensino-aprendizagem de Arte, disciplina incluída na área das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, conforme as recomendações orientadas pelos PCNEM, e já conhecemos debates sobre este tema através de diversos professores pesquisadores e doutores brasileiros, dentre eles, Dr. José Mauro Ribeiro e Dr^a Teresinha Losada, da Universidade de Brasília-DF e Dr. Arão Paranhaguá de Santana, da Universidade Federal do Maranhão-MA.

Defendemos a impossibilidade de implantação e desenvolvimento, em sala de aula, ao longo de três anos letivos, de todo conteúdo, além de competências e habilidades específicas para quatro linguagens: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança. Além de outras orientações estabelecidas para as demais disciplinas nos PCNEMs.

A existência de problemas diagnosticados em encontros constantes com especialistas, docentes e discentes revela:

Insatisfação entre os educadores; distanciamento entre o interesse dos estudantes e a matéria; desarticulação entre os conhecimentos ensinados e a vida prática; impasse institucional em relação às diversas vertentes; problemas na preparação dos educadores; etc.” (OCEN, 2004, P.86-87)

Não poderemos, contudo, deixar de reconhecer que existe hoje, na legislação curricular atual, um grande avanço na história da Arte/Educação brasileira, pois ideias, conceitos, estratégias e procedimentos ganharam novo foco de debates, atualizando o que há anos o poder público descuidava e adiava.

Para a realidade piauiense temos um agravante, pois na grade curricular das escolas públicas estaduais temos a disciplina Arte apenas com duas aulas semanais no 2º Ano do Ensino Médio, estas, muitas vezes não ministradas por profissionais licenciados em Arte. Enfatizamos que as escolas que mais valorizam e produzem atividades artístico-culturais, com destaque na gestão e envolvimento da comunidade escolar, são as que possuem em seu quadro um profissional com formação na área. E ocorre o fator de o profissional possuir domínio apenas em uma linguagem, sendo as mais abordadas, a Música e o Teatro, com pouca ou quase nenhuma ênfase para as Artes Visuais e Dança.

Nesse contexto, admitimos/concordamos que, segundo os PCNEMs:

O sentido cultural da Arte vai se desvelando na medida em que os alunos da Escola Média participam de processos de ensino e aprendizagem criativos que lhes possibilitem continuar a praticar produções e apreciações artísticas, a experimentar o domínio e a familiaridade com os códigos e expressão em linguagens de arte. Além disso, esse sentido cultural se revela em processos de educação escolar de Arte que favorecem aos estudantes a reflexão e a troca de ideias, de posicionamentos sobre as práticas artísticas, assim como a contextualização das mesmas no mundo regional, nacional e internacional. (MEC, PCNEM, 2002, p.172)

Entendemos também que tudo a ser realizado na escola é passível de acordos entre os atores envolvidos no processo, principalmente no que tange ao currículo, que, percebendo pela ótica das Orientações Curriculares para o Ensino Médio, documento este elaborado com o objetivo de estreitar laços e contribuir no diálogo entre professores e escola sobre a prática docente, deixa claro que:

O currículo é a expressão dinâmica do conceito que a escola e o sistema de ensino têm sobre o desenvolvimento dos seus alunos e que se propõe a realizar com e para eles. Portanto, qualquer orientação que se apresente não pode chegar à equipe docente como prescrição quanto ao trabalho a ser feito. O Projeto Pedagógico e o Currículo da Escola devem ser objetos de ampla discussão para que suas propostas se aproximem sempre mais do currículo real que se efetiva no interior da escola e de cada sala de aula. (OCEM, 2006, P.09)

Atualmente, o ensino de Arte não é visto mais como recreação, ornamento da escola ou desenvolvimento da sensibilidade criativa, para acalmar ou relaxar. É proposto um compromisso com a cultura e a história, valorizando o estudo de outras tradições artísticas, assim como nossa cultura popular; enfatiza-se a interface entre fazer leitura de obras e/ou objetos e a contextualização histórica, estética, social e antropológica; como instrumento de expressão e desenvolvimento individual e de identificação cultural; com necessidade de alfabetização visual; com respeito e compromisso pela diversidade cultural; e reconhecimento de imagens como fundamental para desenvolvimento da subjetividade e do desenvolvimento profissional.

Vale ressaltar que, segundo os PCNEMs, as competências gerais em Arte no Ensino Médio propõem que:

Os estudantes aprendam, de modo sensível-cognitivo, a realizar produções e compreendê-las; apreciar produtos de arte e compreendê-los; analisar manifestações artísticas, conhecendo-as e compreendendo-as em sua diversidade histórico-cultural. (PCNEM, 2002, P.174)

Para o ensino-aprendizagem específico em Artes Visuais, transcrevemos na íntegra para este documento, as competências a serem adquiridas no Ensino Médio, contidas nos PCNEMs (2002, P.174-180), pois consideramos informações condizentes com a proposta a ser abordada no capítulo 5.

Quanto à produção: (1)Fazer trabalhos artísticos, como desenhos, pinturas, gravuras, modelagens, esculturas, fotografias, reprografias, ambientes de vitrines, cenários, design, artes gráficas (folhetos, cartazes, capas de discos, encartes, logotipos, dentre outros); (2)Saber fazer trabalhos artísticos em telas informáticas, vídeos, CD-ROM, homepage, dentre outros, integrando as artes audiovisuais; (3)Analisar os sistemas de representação visual, audiovisual e as possibilidades estéticas, bem como de comunicação presentes em seus trabalhos, de seus colegas e de outras pessoas; (4)Investigar, em suas produções de artes visuais e audiovisuais, inclusive as informatizadas, como se dão as articulações entre os componentes básicos dessas linguagens – linha, forma, cor, valor, luz, textura, volume, espaço, superfície, movimento, tempo, etc; (5)Analisar as intrínsecas relações de forma e conteúdo presentes na sua própria produção em linguagem visual e audiovisual, aprofundando a compreensão e conhecimento de suas estéticas. Quanto à apreciação: (1)Fruir, estudar e analisar as produções em artes visuais, tanto na produção artística em geral quanto naquelas ligadas ao campo da comunicação visual como o designer, ou ainda naquelas produzidas pelas novas mídias e artes audiovisuais – vídeo, televisão, multimídia, CD-ROM, homepage, etc. – conscientizando-se dos meios visuais e audiovisuais de representação, comunicação e informação; (2)Investigar as articulações dos elementos e componentes básicos das linguagens visual e audiovisual presentes nas produções artísticas em geral e nas do campo da comunicação visual, das novas mídias e artes audiovisuais. Quanto à valorização de manifestações: (1)Perceber homens e mulheres enquanto seres simbólicos e sociais que pensam e se expressam através de signos

também visuais, audiovisuais e que se desenvolvem pelo contato sensível consciente com os signos de sua própria produção, da produção de seus colegas, de sua cultura e do confronto com as demais culturas (PCNEM, 2002, P.174-180).

Existe um fator fundamental e urgente para aprofundamento e consolidação destas orientações, esperamos que os profissionais envolvidos diretamente, como intermediários destas ações, sejam competentes e estudiosos professores de Arte. Pois sabemos que as reformas nos currículos universitários de Arte ainda deixam a desejar, sendo restrito ao estudo da História da Arte ocidental preponderante, com ênfase às artes européias e norte-americana, diga-se, branca e masculina. Também não havendo distinção entre a História e o estudo das Teorias da Arte, com ausência das teorias da linguagem.

Como explicita o PCNEM:

As inserções e articulações de linguagens da Arte no Ensino Básico exigem um consistente e continuado projeto político-pedagógico que inclua melhores qualidades de estudo, salário e capacitação para o exercício profissional de professores que atuam na disciplina Arte. (PCNEM, 2002, P.180)

Almejamos, no atual ensino, ênfase para as diferenças de raça, etnia, religião, classe social, gênero, orientação sexual e um olhar mais sistemático e organizado sobre as diversas culturas, além de proporcionar aos estudantes portadores de necessidades especiais as mesmas oportunidades, estabelecendo, no ambiente escolar e comunitário, valores estéticos mais democráticos.

2 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA NO ESTADO DO PIAUÍ: BREVE HISTÓRICO DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PI – 2003/2012

Ao realizar um simples levantamento dos últimos 10 anos da política no Estado do Piauí, através de conversas informais junto a alguns técnicos da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, evidenciamos, abaixo, os nomes dos respectivos Secretários que ocuparam a pasta desta Secretaria. Informamos, também, a estrutura básica da instituição para identificarmos as políticas públicas da cultura desenvolvidas no setor/campo das Artes Visuais, principalmente para o Nível de Ensino Médio Regular.

Consta em documentos oficiais, segundo Itamar Sousa Brito, em seu livro Memória Histórica da Secretaria de Educação, que a Secretaria Estadual de Educação e Cultura foi criada, com esta nomenclatura, em 1963, retornando em dezembro de 1973 a ser Secretaria de Educação, devido à criação da Secretaria Estadual de Cultura.

Conforme pesquisa realizada recentemente pela Professora e Doutora Dione Moraes, em 1975 foram criadas a Fundação de Assistência Geral aos Desportos do Piauí – FAGEPI e a Fundação Estadual de Cultura – FUNDEC (Lei nº 3.320), mas em 1987 houve a criação da Secretaria de Cultura Desportos e Turismo, sendo extinta logo em 1991, e as responsabilidades das ações da Cultura ficando a cargo da FUNDEC e não da Secretaria de Educação. Retorna, então em 2003, a ser criada, no governo de José Wellington de Araújo Dias, a Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC.

Com as eleições em Outubro de 2002 para o Piauí, sai o governador Hugo Napoleão, que estava substituindo o então governador Francisco de Moraes Sousa (Mão Santa) por ser afastado do cargo com 8 (oito) meses de antecedência ao ser cassado, e é eleito o governador Wellington Dias do Partido dos Trabalhadores, este tomando posse em janeiro de 2003.

Na mudança de Governo, sai o então Secretário de Educação do Estado, Pedro Magalhães Neto para a posse da Secretária da Educação e Cultura Maria da Conceição Castelo Branco, que fica nesta Secretaria de janeiro/2003 a fevereiro/2004, vindo a ser substituída pelo Secretário Antônio José Medeiros, que ocupa esta pasta de fevereiro/2004 a outubro/2006.

O governador Wellington Dias é reeleito em 2006, sendo mantido o Secretário Antônio José Medeiros na pasta desta Secretaria até 31/03/2010, o qual sai para reassumir o mandato de Deputado Federal e candidatar-se ao Senado. Devido o afastamento deste, toma posse como Secretária a Superintendente Institucional Maria Pereira da Silva Xavier, permanecendo até janeiro/2011 e sendo substituída, após eleições de 2010 por posse do governador Wilson Martins, pelo atual Secretário Átila Freitas Lira.

Nota-se um fluxo dentro da Secretaria de Educação e Cultura com existência de 2 a 3 secretários por mandato de governo, permanecendo durante mais tempo, num período de, mais ou menos, 6 anos, o secretário Antônio José Medeiros. Percebe-se uma descontinuidade de ações devido à alta rotatividade, não apenas de secretários, mas de gerências, coordenações e técnicos, principalmente na sede da Secretaria.

Conforme regimento da Secretaria Estadual da Educação e Cultura, ainda em formulação, atualmente contido em seu site, este

É um órgão executivo do sistema estadual de ensino, que tem por finalidade, em regime de colaboração com a União e os Municípios, formular a política Educacional do Estado e administrar o sistema estadual de ensino, garantindo a todos os piauienses o acesso e a conclusão da educação básica, pública, gratuita e de qualidade social (PIAUÍ, 2011b)

À Secretaria compete ainda:

elaborar e executar planos educacionais em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando suas ações com as de competência dos municípios; executar e controlar a ação do Governo na área da educação; controlar e fiscalizar o funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e privados; orientar a iniciativa privada na área de educação e da cultura; articular-se com o Governo Federal em matéria de política e de legislação educacionais; estudar, pesquisar e avaliar os recursos financeiros para investimentos no sistema e no processo educacional; rever e aperfeiçoar, permanentemente, o sistema de ensino; assistir ao estudante pobre; organizar, manter, desenvolver e supervisionar os órgãos e instituições oficiais da educação escolar (PIAUÍ, 2011b).

Como vemos no próprio regimento, não consta uma política pública direcionada para o campo da cultura e sim do ensino, a não ser quando enfatiza a palavra cultura no tocante a orientar a iniciativa privada nesta área.

Para tanto é vinculada à Secretaria da Educação e Cultura a Fundação Cultural do Estado do Piauí – FUNDAC, esta também criada em 2003 por Lei Complementar nº 31 em 17 de julho, e responsável por toda a política pública de Cultura no Estado, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e plena gestão de seus bens e recursos.

Como estruturaremos no capítulo 4, deste documento, proposta de Agenda Cultural na Escola, onde informamos a participação de instituição pública de cultura, convém citar abaixo as finalidades básicas da Fundação contidas nesta lei, Art.2º:

I – Estimular, desenvolver, difundir e documentar as atividades culturais do Estado, bem como as manifestações de cultura popular; II – Desenvolver um plano editorial visando à promoção do autor piauiense e nordestino; III – Coordenar pesquisa sócio-econômico-cultural visando ao conhecimento da realidade estadual; IV - Promover ações voltadas para a preservação do patrimônio arqueológico, histórico e artístico do Estado; V – Coordenar e apoiar tecnicamente as atividades do Sistema Estadual de Bibliotecas e dos museus estaduais; VI – Promover a documentação e manutenção de bens históricos e culturais, móveis e imóveis; VII – Planejar, coordenar e supervisionar as atividades do Teatro 04 de Setembro; VIII – Assessorar o governo na promoção e execução das políticas artísticas e culturais; IX – Promover programas de intercâmbio cultural; XI – Formar mão-de-obra especializada para desenvolver atividades na área da cultura (PIAUÍ, 2012c).

Além da FUNDAC possuímos o Conselho Estadual de Cultura, vinculado também à SEDUC e criado pelo decreto nº 631 de 12 de outubro de 1965, órgão colegiado normativo e consultivo, de caráter permanente, com atribuições previstas em lei e regimento próprio. Este tem por incumbência, segundo o Art. 1º deste decreto, planejar e orientar as atividades culturais do Estado, promovendo: “a) O estudo e proposição de programas culturais; b) A defesa do patrimônio cultural do Estado; c) A difusão da cultura” (PIAUÍ, 2012a).

Segundo levantamento realizado pela Unidade de Gestão de Pessoas, subordinada à Superintendência de Gestão da SEDUC/PI em 2012, através do Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI), atualmente existem 760 escolas públicas estaduais ativas distribuídas em 21 Gerências Regionais de Educação - GREs, tendo por modalidades da Educação Básica: o Ensino Infantil e Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Especial, a Educação de Jovens e Adultos, e a Educação Profissional.

Dentre estas, temos 83 escolas públicas estaduais mistas (que possuem duas ou mais modalidades de ensino) no município de Teresina, distribuídas em 4 GRE's, sendo 35 escolas, na modalidade Ensino Médio regular, puras, as quais são objeto de estudo desta pesquisa.

Constatamos desde 2005, através de observações empíricas, ao estar lotada no prédio sede da SEDUC na Gerência de Ensino Médio, a carência de levantamento no campo das Artes e Cultura, como também a inexistência da realização de cursos de capacitação para os profissionais destas áreas, de levantamento de projetos realizados ou em andamento, e a pouca valorização com realização de concurso para provimento de vagas dos cargos específicos para professores licenciados em Arte, constando no quadro da Secretaria escolas que possuíam a disciplina Artes, mas, com 70% destas, ministrada por professores de História, Português, Educação Física, Matemática, etc.

Atualmente já dispomos de um número consistente de professores de Arte nestas escolas, mas, principalmente nas escolas localizadas nas zonas mais periféricas de Teresina, ainda encontramos um número significativo de professores de outras disciplinas ocupando vagas previstas para os licenciados em Arte.

3 REFLEXOS DAS AÇÕES PÚBLICAS NA COMUNIDADE ESCOLAR

Com a pesquisa realizada conseguimos identificar, quatro pontos significativos, sendo um deles de extrema importância o destaque para nossa análise, ao entender como as ações públicas de cultura nas escolas incidem, positiva ou negativamente, na comunidade escolar.

Conforme as respostas dos participantes das Gerências Regionais envolvidas destacamos os seguintes pontos:

Reflexos positivos:

(1)Interação e integração entre os estudantes dos três turnos (manhã, tarde e noite); (2)Favorece o desenvolvimento de habilidades através das atividades; (3)Proporciona oportunidade de valores para os estudantes; (4) Descoberta de talentos; (5)Fortalece ainda mais o conhecimento no campo das artes com desenvolvimento nas habilidades: pintura, desenho e fotografia; (6)Qualquer projeto que seja desenvolvido na área Cultural só vem a beneficiar, por que ajuda na formação da cidadania e eleva o nível de aprendizagem do estudante; (7) viabiliza envolvimento dos estudantes no processo; (8)Há a participação e integração de todos da escola (professores, gestores e funcionários); (10)Satisfação dos pais ao visualizar trabalho dos filhos; (12)Os estudantes mostram seus talentos; (13)É possível visualizar a interdisciplinaridade dos temas; (14) Desenvolvimento e crescimento intelectual.

Reflexos negativos:

(1)Evidencia a falta de recursos para desenvolver as atividades mesmo com a presença do agente cultural, a escola utiliza recursos próprios; (2)A escola necessita de acompanhamento com relação às Artes; (3)Pouco interesse de uma minoria; (4)Alguns professores não se dedicam, outros abusam do tempo das atividades e não retornam a sala de aula.

Percebemos acima, que os reflexos positivos sobressaem dos negativos. Contrariamente a inexistência de ações públicas no campo das Artes Visuais, percebemos a valorização que os pesquisados dão às atividades artístico-culturais, mesmo não havendo um planejamento mais consistente no tocante a arte e a cultura no âmbito escolar.

Consequentemente reconhecem o êxito no ensino-aprendizagem quando os estudantes e toda a escola se envolvem em atividades de integração por meio da arte, além de proporcionarem aos pais a elevação da auto-estima, quando estes percebem a produção e desenvolvimento dos filhos.

Como ressalta BOTELHO em suas afirmações:

A aposta é consolidar a cultura como a base de expressão do próprio indivíduo – e de conjuntos de indivíduos -, como ferramenta mais decisiva para a construção e o exercício da cidadania. A par da inclusão que se pode promover por meio da melhoria na qualidade da formação de cada um, o investimento em cultura resulta, no longo prazo, em aumento da criatividade e da capacidade de inovação, da eficiência e da produtividade dos indivíduos nos processos de interação social (BOTELHO, 2008, P.120)

Não podemos negar, com tudo isso, a experiência positiva de estudantes do Ensino Médio ao conseguirem realizar leituras visuais do contexto escolar que estão inseridos, ampliando sua capacidade cognitiva, visualizando sua identidade como ser participativo e construtor de valores para a sociedade.

E como afirma BARBOSA:

Desconstruir para reconstruir, selecionar, reelaborar, partir do conhecido e modificá-lo de acordo com o contexto e a necessidade, são processos criadores desenvolvidos pelo fazer e ver arte, fundamentais para a sobrevivência no mundo cotidiano (2006, P.36)

4 PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE AGENDA CULTURAL NO CAMPO DAS ARTES VISUAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS EM TERESINA

Agenda, conforme dicionário online é uma caderneta ou livro destinado a anotar, dia a dia, aquilo que se deve fazer, é um livro onde se registram os compromissos diários, com ordem de trabalhos.

A proposta de uma Agenda Cultural no campo das Artes Visuais, para as escolas de Ensino Médio, já vem de um anseio identificado através de alguns professores da rede estadual de ensino do Piauí, por perceberem a desvalorização da disciplina Arte na grade curricular, possuindo apenas 02 aulas para o 2º ano, não dispondo de tempo e acompanhamento adequado para aplicação das novas transformações existentes na concepção do ensino de Arte na contemporaneidade.

A Agenda Cultural é um instrumento estruturante de ações culturais que utilizará as Artes Visuais como linguagem de referência no espaço escolar e que tem por finalidade organizar estratégias, frequência e atividades pedagógicas extracurriculares em conformidade com o calendário da escola, valorizando e reforçando o potencial artístico-cultural e as manifestações que a comunidade escolar já oferece.

Necessita ser construída e elaborada coletivamente através de planejamento anual prévio, de periodicidade também anual e em consonância com a equipe escolar, tendo por gerenciamento ou coordenação Agentes Culturais de Instituição Cultural Pública com formação no campo das Artes Visuais.

Será mantida com recursos de projeto aprovado por instituição pública de cultura responsável pelas ações no campo das Artes Visuais e/ou de programas já formulados e presentes na escola que possuem o mesmo foco, em consonância com a instituição educacional responsável.

Para uma melhor identificação da proposta exemplificamos com plano abaixo, o qual se aplica nos três anos letivos do Ensino Médio Regular: 1º, 2º e 3º Ano. Os trabalhos se iniciam na primeira quinzena de fevereiro de cada ano, e finalizam na primeira quinzena de dezembro.

Ano Base: 2013 – 1º Ano do Ensino Médio – Manhã

Fevereiro (1ª quinzena) – Encontro de planejamento e elaboração de propostas para execução das atividades, com a participação da coordenação da Agenda, dos agentes culturais, corpo docente interessado e equipe administrativa da escola;

Março – Encontro de formação/capacitação para a equipe da Agenda e da escola, sobre temas relacionados à Cultura;

Abril – Oficinas, palestras e/ou debates, apresentação de filmes e/ou documentários, para os estudantes, sobre temas relacionados às Artes Visuais;

Maio - Oficinas, palestras e/ou debates, apresentação de filmes e/ou documentários, para os estudantes, sobre temas relacionados às Artes Visuais;

Junho – Encontro de avaliação da Coordenação da Agenda;

Julho - Oficinas, palestras e/ou debates, apresentação de filmes e/ou documentários, para a equipe da escola, sobre temas relacionados às Artes Visuais;

Agosto – Encontro de avaliação da Coordenação da Agenda;

Setembro - Oficinas, palestras e/ou debates, apresentação de filmes e/ou documentários, para os estudantes, sobre temas relacionados às Artes Visuais;

Outubro - Oficinas, palestras e/ou debates, apresentação de filmes e/ou documentários, para os estudantes, sobre temas relacionados às Artes Visuais;

Novembro – Apresentação, exposições e/ou mostras de produções realizadas durante todo o ano.

Dezembro – Encontro de avaliação geral com a participação da coordenação da Agenda, dos agentes culturais, corpo docente e equipe administrativa da escola;

Propomos as atividades extracurriculares, a seguir relacionadas, conforme o ano letivo nos horários da manhã, tarde ou noite, mas deixando a critério do planejamento coletivo, a inclusão ou não de outras atividades, contanto que sejam ligadas ao campo das Artes Visuais:

1º Ano: Trabalhos envolvendo Gravura, Pintura, Origami, material reciclado, Cultura Popular e Diversidade Cultural;

2º Ano: Trabalhos envolvendo Fotografia, Instalação, Cultura Popular e Diversidade Cultural;

3º Ano: Trabalhos envolvendo Cinema/Vídeo, Performance, Design Gráfico, Cultura Popular e Diversidade Cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as idas e vindas às capitais do Nordeste, procuramos observar a realidade, mesmo superficial, de cada lugar. E, através de constatações simples, percebemos a grandeza de nosso Estado, mesmo relegado à deficiente malha viária a qual tivemos oportunidade de trafegar, tornando-o assim ainda mais distante de tudo e todos.

Devemos confessar que as comparações são inevitáveis, pois conseguíamos perceber, em outras capitais, a sensação de valorização do patrimônio e das manifestações artístico-culturais locais. E aqui ainda muito aquém do desejado. Como comentamos no capítulo 1 não percebemos o enfrentamento de tais provocações sem a presença da Educação, contudo, se esta estiver ligada a políticas públicas culturais efetivas, pois percebemos um quadro vicioso no contexto educacional, apesar de muitos avanços.

Podemos constatar isto quando, através da pesquisa, percebemos a pouca ou nenhuma informação, por parte dos coordenadores de ensino-aprendizagem das Gerências Regionais de Educação quanto ao campo das Artes Visuais, principalmente com referência às ações públicas, pois não há levantamento dessas ações na escola. Estes desconhecem também as políticas culturais recentes quanto aos acordos interministeriais, Ministério da Cultura e da Educação, para ampliação de políticas públicas da área de cultura.

Constatamos, também, quando os diretores, coordenadores e técnicos das escolas entendem a necessidade da existência de ações culturais na escola, principalmente como estímulo a manutenção do estudante de Ensino Médio, devido ao alto índice de evasão escolar, mas ‘esperam’ direcionamento para estas ações, sem valorizar o profissional qualificado da própria escola, o licenciado em Arte.

Contudo existem, em algumas escolas, ações como feiras culturais, feiras do conhecimento, saraus de poesia, festas juninas, mas atividades com ênfase nas linguagens do teatro e música. E percebemos que são ações realizadas pela própria equipe da escola, com recursos redirecionados, de outros fins.

Reiteramos que, as escolas de Ensino Médio Regular possuem apenas duas aulas da disciplina Arte no 2º ano e em 70% das escolas, que se aplicou o questionário, ainda não existe o profissional com formação específica na área de Arte ou agente cultural que domine a linguagem visual. Fazemos esta observação, pois identificamos também um maior envolvimento com atividades artístico-culturais quando, na escola, existe um profissional da área. Constatamos que atualmente existem 02 programas sendo implantados nas escolas, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência – PIBID/UFPI (2009) e Ensino Médio Inovador – EMI/MEC (2009), com participação de estudantes universitários ministrantes de oficinas de arte (pintura e desenho) e com recursos financeiros para aquisição de materiais, não havendo sincronia destas ações, pois as vezes onde existe o profissional não existe o material, ou vice-versa.

E, mesmo com o descaso de alguns, percebemos um anseio, por parte de escolas e de gerências regionais, para que haja projetos mais bem definidos no campo das Artes Visuais, além de formação continuada para os professores e para toda a equipe escolar, com objetivo de atualização com destaque à cultura, às linguagens artísticas e ao patrimônio cultural, incluindo os temas dos saberes e fazeres das expressões culturais populares ou tradicionais.

Através desta realidade, sabemos da importância deste documento para o acréscimo de argumentações e formulações junto às instâncias institucionais no Piauí, pois poderemos dar passos largos se, governantes e gestores, entenderem o significado de tais ações para o Estado.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Suami Paula de. Ações de Cultura. **AT11 Jornalismo em Tempo Real, Suzano**, 31 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.at11.com.br/index.php/cultura/2352-acoes-de-cultura>> Acesso em: 7 dez 2012.

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <<http://profleandrolopes.blogspot.com.br/2010/03/barbosa-ana-mae-inquietacoes-e-mudancas.html>> Acesso em: 30 nov 2012.

_____. **Lições de Liberdade**. .Net, São Paulo, nov. 2005 - fev. 2006. Onda jovem: arte e cultura. Disponível em: <<http://www.revistaondajovem.com.br/indice.asp?idedicao=3>> . Acesso em: 30 nov. 2012.

_____. **Arte, Educação e Cultura. Domínio Público**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000079.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **PCN + Ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2002. 244p.

_____. _____. **Orientações curriculares do ensino médio**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

_____. _____. **Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. v. 1. Brasília: MEC, SEB, 2006. 239p.

_____. _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2002. 360p.

_____. _____. **Programa: Ensino Médio Inovador** – Documento Orientador. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Relatório 2006 – **Relatório Final da Reunião da Câmara Setorial de Artes Visuais**. In: CÂMARA E COLEGIADO SETORIAL DE ARTES VISUAIS: RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2005-2010. Brasília: Conselho Nacional de Políticas Culturais, 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc/wp-content/uploads/2011/07/plano-setorial-de-artes-visuais.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2012.

_____. _____. **As Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Secretaria de Políticas Culturais, 2012.

BOTELHO, Isaura. Ministério da Cultura: **Um olhar sobre o presente**. In: RUBIM, L.; MIRANDA, N. (Org.). Transversalidades da cultura. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 115-121.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **A busca de articulação entre trabalho, ciência e cultura no ensino médio**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ensino Médio: Ciência, Cultura e Trabalho. _____. (Org.). Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p. 11-34.

KATO, Gisele. **Os 7 mandamentos da arte**. Revista Bravo! Seção Artes Visuais. São Paulo, n. 0170, p. 24-35, out. 2011.

LIMA, Eduardo Henrique de Matos. **A arte-educação no Processo de ensino-aprendizagem através da cultura popular**. Santa Catarina: Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação Estética – GEDEST/UNESC. Disponível em: <http://www.gedest.unesc.net/seilacs/arteeduca_eduardolima.pdf> Acesso em: 8 dez 2012.

PIAUÍ (Estado). Decreto nº 631, de 12 de outubro de 1965. **Dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura**. Poder Executivo, Teresina, PI, 2012a. Disponível em: <http://www.cec.pi.gov.br/download/201210/CEC23_d481754b74.jpg> Acesso em: 10 out. 2012.

_____. Decreto nº 616-A, de 30 de novembro de 1965. **Aprova o regimento do Conselho Estadual de Cultura do Piauí**. Poder Executivo, Teresina, PI, 2012b. Disponível em: <http://www.cec.pi.gov.br/download/201210/CEC23_d481754b74.jpg> Acesso em: 10 out. 2012.

_____. **Fundação Cultural**. Relatório – Gestão Cultural: 2003-2010. Teresina, 2010.

_____. **Lei complementar nº 31, de 17 de julho de 2003**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC, e dá outras providências. Lex: coletânea de legislação, Piauí, 2012c. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12377>> Acesso em: 10 mai. 2012.

_____. **Regimento Interno do Conselho Estadual de Cultura do Piauí**. Diário Oficial [do] Estado do Piauí, Poder Executivo, Teresina, PI, n. 203, 27 out. 2011a. Seção Leis e Decretos, p. 11-14. Disponível em: <<http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20111027>> Acesso em: 10 out 2012.

_____. **Regimento [da] Secretaria Estadual da Educação e da Cultura**. [online] Poder Executivo, Teresina, PI, 2011b. Seção Secretaria. Disponível em: <www.seduc.pi.gov.br/arquivos/Regimento-II.doc> Acesso em: 10 out. 2012.

_____. **Secretaria Estadual de Educação e Cultura**. Referenciais curriculares do ensino médio da rede estadual do Piauí. Teresina, SEDUC, 2006.

SANTOS, Erton Kleiton Cabral dos. BARROS, Ana Maria. **Educação e cultura: O papel da arte educação na formação de protagonismos na juventude pernambucana**. .Net, Caruaru, 2010.1. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Caruaru. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/ppgdh/images/documentos/anamb5.pdf>> Acesso em: 30 nov. 2012.

SENA, Luana; PEDROSA, Liliane. **Reportagem de Capa**. O novo jogo da Arte, Revestrés, Teresina, n.4, p.32-38, set-out. 2012.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Do projeto ao relatório de pesquisa.** Net, Acervo digital da UNESP. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/197/3/01d10a01.pdf>> Acesso em: 10 out. 2012.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Brasília: Setor de Educação da Representação da UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2012.